

2016

CARTA PROGRAMA DA CHAPA GEÓLOGOS COMO PROTAGONISTAS



Acervo: Agamenon Dantas

Ato na Avenida Paulista

31/10/2016

CHAPA GEÓLOGOS COMO PROTAGONISTAS

CARTA – PROGRAMA

O esvaziamento das entidades regionais de geólogos é um fato real e grave que deve ser decididamente enfrentado pela FEBRAGEO. Quase sem exceções, nossas entidades vivem do idealismo de pouquíssimos colegas que sacrificam suas vidas profissionais e pessoais para capitanear as poucas atividades desenvolvidas.

Embora não sendo uma realidade só nossa, visto que o refluxo do movimento sindical é muito mais amplo, é assustador o quadro de desmobilização que nos atinge de maneira brutal e diferenciada já há pelo menos mais de duas décadas.

Não há possibilidades de uma FEBRAGEO forte, representativa e protagonista, enquanto perdurar o cenário de penúria das entidades regionais. Por outro lado, é fundamental o papel da entidade nacional no processo de fortalecimento das entidades regionais.

Assim, a atuação de nossas entidades tem que apontar para um processo capaz de trazer os profissionais para o seu interior, não como uma participação quixotesca ou abnegada, mas vinculada às suas necessidades e aos seus interesses como trabalhador e como cidadão.

Já se foi o tempo em que os profissionais se aglutinavam apenas em torno de seus interesses trabalhistas específicos. Os geólogos, assim como o conjunto de todos os trabalhadores, cada vez mais percebem que suas questões particulares estão umbilicalmente ligadas às novas formas de organização do trabalho e dos sistemas produtivos.

Os problemas de desemprego, das condições de trabalho e da situação profissional são percebidos, hoje, pelo profissional geólogo conjuntamente com as mazelas da educação e saúde; da habitação e transporte; da perspectiva de sua velhice e aposentadoria; da melhoria de sua qualidade de vida e do seu ambiente; da falta de democracia, de ética e moralidade; da ausência de solidariedade que a sociedade global nos impinge e com todas as demais questões que compõem o nosso cotidiano.

Enfim, os geólogos e outros profissionais já têm a percepção que seus problemas fazem parte de um cenário indissociável das formas de gestão da sociedade e dos grandes problemas nacionais e internacionais, ficando cada vez mais fora do alcance de soluções individuais e/ou corporativas.

Em nossa opinião, as formas de organização presentes em nossas entidades não foram capazes de acompanhar as transformações acima descritas. Continuamos fazendo um discurso corporativo que, se antes alcançava só nós mesmos, hoje nem isso logra conseguir.

Não foi de graça que os picos de mobilização e participação de nossos profissionais em torno de suas entidades se deram em momentos específicos da história recente do país, geralmente associadas às grandes crises. Foi assim durante a Ditadura Militar (quando se organizaram a maioria de nossas entidades), na luta pela Anistia, no movimento pelas Diretas Já, na Constituinte de 1988, no Fora Collor, na “década perdida de 90”, na ascensão das forças populares ao Governo no início do Sec. XXI. E deveria estar sendo assim neste momento de forte ofensiva dos ideólogos do neo-liberalismo e das leis de mercado.

Estamos agora numa outra fase crucial para o futuro do país. Num momento onde as históricas oligarquias políticas corruptas, aliadas ao neo-liberalismo assumem o poder sob a perspectiva de desmonte das conquistas sociais obtidas, da internacionalização das nossas riquezas e do nosso setor produtivo, da volta da repressão aos movimentos populares, da perda do protagonismo internacional do Brasil, duramente conseguido, com a hegemonia dos rentistas e do capital financeiro não produtivo e de outras mazelas típicas do modelo neoliberal, estratégia que não deu certo em nenhuma parte do mundo.

Num país onde as instituições estão dominadas por um Governo ilegítimo, repleto de corruptos; por um Parlamento desmoralizado por questões éticas e morais; por um Judiciário

elitizado e ideologizado; por um empresariado sonegador e sanguessuga do Estado; por um capital financeiro de lucros exorbitantes e descomprometido com o crescimento do país e por uma mídia familiar comprometida com o atraso, não temos o direito de ficarmos olhando para nossos umbigos, como se nada estivesse acontecendo, como se nada nos afetasse como cidadãos e como categoria.

Não temos uma fórmula pronta para o alcance destes novos patamares de organização dos geólogos. Também, não propomos qualquer alinhamento político-partidário neste momento de forte polarização na sociedade brasileira. A nossa proposta é no sentido do profissional-geólogo caminhar e avançar nos esforços por um país mais justo, democrático e menos desigual e passa por um trinômio fundamental: **Democracia, Pluralismo e Solidariedade Social.**

Democracia no sentido de incorporar à militância sindical todos os segmentos existentes na categoria: do profissional da ativa ao desempregado ou aposentado, do autônomo aos profissionais do setor público e privado, passando pelo já enorme contingente de terceirizados com direitos trabalhistas escassos e diferenciados. Democracia, no sentido de contemplar em nossas lutas todos esses interesses específicos e a diversidade de problemas envolvidos, indo às suas raízes, sem nunca deixar de observar os interesses gerais da sociedade. Democracia no sentido da modernização de nossos instrumentos de participação, permitindo o maior acesso possível às discussões e decisões das entidades.

Pluralismo no sentido de poder abarcar e dar acolhimento às diversas formas de manifestações políticas, ideológicas, sociais, culturais e regionais, sem quaisquer tipos de censura ou repressão. De ter a capacidade de conviver com a diversidade de posturas e interesses sem comprometer o interesse da maioria.

Solidariedade Social no sentido da articulação com os diversos segmentos da sociedade em torno dos problemas comuns que afetem o trabalhador brasileiro. No sentido de incorporar às nossas ações a contribuição do profissional geólogo à inclusão social e melhoria de qualidade de vida de nosso povo.

A nossa intervenção no processo eleitoral em curso na FEBRAGEO tem como foco maior, muito mais os objetivos da discussão destas premissas democráticas do que o de confrontação política entre segmentos da categoria.

1. AS PROPOSTAS POLÍTICAS GERAIS

É impossível que, no momento atual de cenário nacional conturbado, com a ascensão de um governo golpista e ilegítimo, recheado de ministros investigados e de medidas impopulares, não se dirija sequer uma palavra, muito menos qualquer análise ou posicionamento a respeito da situação política que passa o Brasil.

Nada disso é pauta de interesse do profissional geólogo? Nada disso afeta seu emprego, sua vida? Ou esses são somente problemas dos pobres e miseráveis?

Ou a FEBRAGEO não é uma entidade sindical?

Assim, nos propomos a unir forças com os demais segmentos da Sociedade e nos manifestamos:

- Contra a entrega de nossa indústria petrolífera e a dilapidação da Indústria Naval e da Engenharia Nacional;
- Contra a revisão da CLT e a retirada de direitos sociais adquiridos;
- Contra a ampliação de idade mínima para aposentadoria para os atuais trabalhadores;
- Pela manutenção da correção dos benefícios aos aposentados pela inflação;
- Contra a PEC 241 que congela os investimentos em saúde e educação pelos próximos 20 anos;
- Pela manutenção dos investimentos e contra o corte de vagas nas Universidades Públicas Federais;

- Contra os cortes nos programas sociais de Educação (Prouni, FIES) e fim do Ciências sem Fronteiras;
- Contra a criminosa reformulação do currículo básico do Ensino Médio, retirando matérias básicas ao desenvolvimento do espírito crítico de nossa juventude;
- Contra o fatiamento do Ministério da Ciência e Tecnologia e pelo fortalecimento dos centros de pesquisa a ele ligados (INPE, INPA, Emilio Goeldi, Observatório Nacional, CETEM, dentre outros);
- Pelo apoio ao segmento da Construção Civil com a manutenção de programas habitacionais destinados aos mais carentes;
- Contra a privatização do Sistema Eletrobrás e de setores vitais da infra-estrutura brasileira;
- Pelo incessante combate à corrupção generalizada, através de um Judiciário imparcial, desideologizado e não-seletivo;
- Pela imediata criminalização da sonegação de impostos pelas grandes corporações privadas;
- Pela maior taxação às grandes fortunas, aos exorbitantes lucros bancários e às atividades rentistas não produtivas;
- -Pelo fim à repressão ao livre direito de manifestação e expressão de nosso povo;

2. AS PROPOSTAS DE POLÍTICAS PARA O SETOR DE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS

Residem aqui os principais temas que dizem respeito ao mercado de trabalho e empregabilidade do profissional – geólogo:

A. NO CAMPO DOS RECURSOS MINERAIS

- Imediato processo de discussão da Proposta do Marco Regulatório em 3 grandes vertentes: Tributação e Royalties, Agência Nacional de Geologia e Mineração e Gestão do Setor de Geologia e Recursos Minerais;
- Transformação do DNPM em Agência Nacional de Geologia e Mineração, com seu fortalecimento estrutural e operacional capazes de cumprir as funções de Fomento e Fiscalização do setor;
- Revisão dos percentuais da CFEM em função da localização geográfica, substância mineral, reservas minerais, tipologia dos depósitos e dimensão dos empreendimentos mineiros;
- Extensão da distribuição da CFEM a todos os municípios impactados pela atividade mineira;
- Contra o fim do regime de prioridade e favorável às licitações e chamadas públicas em áreas cobertas por levantamentos geológicos e/ou aerogeofísicos do Governo, com destinação de bônus para as atividades de levantamentos geológicos básicos.
- Pela limitação à negociação e cessão de áreas de pesquisa, como forma de por fim à especulação com direitos minerários;
- Pela imediata aprovação da legislação ordinária que regulamenta a mineração em áreas indígenas;
- Pela revisão da legislação sobre a mineração em áreas de fronteiras;
- Pela homogeneização da legislação ambiental no que tange aos procedimentos dos empreendimentos mineiros;
- Pelo incentivo ao conhecimento dos recursos minerais do mar, bem como pelo detalhamento da legislação de seu aproveitamento;

- Luta para o efetivo cumprimento da Lei 10.878/04 que destina 15% da Arrecadação Especial do Petróleo exclusivamente para os levantamentos geológicos, recursos hoje contingenciados;
- Pela efetiva retomada dos Levantamentos Geológicos Básicos como foco principal do Serviço Geológico do Brasil/CPRM, como forma a minorar o parco nível de conhecimento (menos de 13% do território brasileiro) e atrair investimentos no setor mineral.
- Por um Banco de Dados único da geologia brasileira, operado pelo Serviço Geológico do Brasil, incluindo dados de aerogeofísica e de projetos da iniciativa privada;
- Pela suspensão dos requerimentos de pesquisa durante a fase de mapeamento geológico/geofísico pelos órgãos governamentais;

B. NOCAMPO DOS RECURSOS ENERGÉTICOS

- Manter da Petrobras como uma empresa de petróleo integrada e rentável sob controle do Estado Brasileiro.
- Consolidar a Petrobras como agente indutor do desenvolvimento socioeconômico do país, capaz de suprir as necessidades na produção e abastecimento de petróleo, gás e derivados.
- Lutar pelo fim do processo de privatização fatiada da Petrobras com ênfase nas atividades rentáveis e estratégicas nas áreas de Exploração, Produção, Transporte, Refino, Distribuição e Geração de Energia;
- Defender o sistema de partilha e da obrigatoriedade da participação da Petrobras nas atividades exploratórias e explotatórias do Pré-Sal brasileiro, a fim de tornar o estado brasileiro um *player* no mercado mundial de Petróleo.
- Dar continuidade e celeridade na ação de suspensão da venda do “Plano de Avaliação de Descoberta” da área de Carcará.
- Desburocratizar o processo de concessões em áreas terrestres a fim de dinamizar a atividade econômica, visando o provimento de maior conhecimento geológico.
- Construir e participar dos fóruns de discussão sobre a indústria do Petróleo no Brasil, nos manifestando e contribuindo com a pluralidade de visões sobre o tema.
- Prover a capacitação dos geólogos em Geopolítica do Petróleo e incentivar campanhas em mídias digitais, sobre os pontos críticos da luta sobre soberania energética.
- Discutir junto a ANP mecanismos de efetiva democratização e acesso aos dados geólogos e geofísicos **públicos**, permitindo que instituições de pesquisa e ensino possam efetivamente utilizá-los sem ônus financeiros.

C. NO CAMPO DOS RECURSOS HÍDRICOS

- Pela preservação e pela soberania nacional no aproveitamento do Aquífero Guarani e outros grandes aquíferos brasileiros;
- Por um programa de Revitalização de Poços no Semi-árido Nordeste e implantação de Sistemas de Abastecimento Simplificados, com a utilização de dados do Sistema de Águas Subterrâneas (SIAGAS) do Serviço Geológico do Brasil;
- Previsão de secas, cheias e enchentes nas principais bacias hidrográficas brasileiras pelo Serviço Geológico do Brasil, a exemplo das Bacias Negro-Solimões, Rio Doce e Pantanal, dentre outras;
- Pela manutenção da Rede Hidrometeorológica do Brasil como função do Estado

D. NO CAMPO DA GEOLOGIA DE ENGENHARIA E AMBIENTAL

- Pela valorização das empresas e dos profissionais nacionais no setor de Geologia de Engenharia e Engenharia Geotécnica;
- Por uma revisão curricular nos cursos nacionais de Geologia que torne obrigatória a disciplina de Geologia de Engenharia e Ambiental e estimule a criação de Departamentos de Geologia de Engenharia;
- Por um Programa de redução de Riscos Geológicos (Deslizamentos de Encostas, Erosão, Assoreamento, Afundamentos, Sismicidade, Desertificação e outros) que envolva o Serviço Geológico do Brasil, Universidades, Centros de Pesquisa e as entidades estaduais de Geologia;
- Pela elaboração de detalhamento e plano de contingenciamento de risco nas cerca de 1200 áreas do Brasil, identificadas pelo SGB como susceptíveis aos deslizamentos de encostas
- Pela obrigatoriedade de elaboração e adoção da Carta Geotécnica como instrumento de planejamento urbano em todos os municípios com mais de 30 mil habitantes;
- Campanha de divulgação e adoção das práticas de Gestão Geológica do Território nas áreas urbanas e rurais;
- Pelo imediato levantamento da situação de todas as barragens de rejeito do território nacional;
- Luta pela previsão obrigatória de estudos do meio físico e do Ordenamento Territorial Mineiro nos Planos Diretores Municipais;
- Garantia de recursos para áreas emergentes da Geologia como a Geologia Médica, o Geocoturismo (geoparques), a Espeleologia, a criação e proteção de monumentos geológicos, Mudanças Climáticas Globais, etc.

E. NO CAMPO DAS UNIVERSIDADES E CENTROS DE PESQUISA

- -Participação das Universidades nos esforços de mapeamento e conhecimento do subsolo brasileiro;
- -Apoio à formação de geólogos com implantação de centros de treinamento de Campo dispersos por diversos ambientes geológicos do Brasil, a exemplo de Diamantina (MG), Apiaí (SP), Caçapava do Sul (RS) e Morro do Chapéu (BA);
- Apoio à discussão da Revisão Curricular no Ensino de Geologia
- Apoio ao desenvolvimento de rotas tecnológicas minerais próprias em detrimento da compra de pacotes tecnológicos estrangeiros;
- Apoio ao Incremento da implantação de redes científicas e tecnológicas de caráter geológico
- Fortalecimento do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM);

F. NO CAMPO DAS INSTITUIÇÕES DO SETOR DE GEOLÓGIA E RECURSOS MINERAIS

- Pela imediata institucionalização e reestruturação da CPRM em Serviço Geológico do Brasil
- Pela criação de Conselho Nacional de Geologia e Mineração (CNGM) com a função de planejamento, definição de estratégias de médio e longo prazo e formulação do:
- Plano Nacional de Geologia e Mineração (PNGM) que estabeleça os principais programas e projetos para o setor, garantindo recursos financeiros perenes, tendo em vista a duração de projetos ultrapassem os anos orçamentários.
- Pela implementação do Sistema Nacional de Geologia e Mineração (SNGM), a exemplo da área de recursos hídricos, para a execução do PNGM e composto por órgãos federais e estaduais, Centros de Pesquisas, Universidades, sob a coordenação do Serviço Geológico do Brasil;

- Efetiva integração das instituições nacionais com atuação no setor de Geologia e Recursos Minerais, evitando superposições de recursos financeiros, humanos e materiais (IBGE, ANA, Defesa Civil, Cemaden, Observatório Nacional, INB, Petrobrás, ANP, Aneel, DNOCs, SUDENE, Funasa, Marinha do Brasil, Funai, Ministério da Defesa) com a identificação de tangências e proposições de ações comuns;
- Pelo fortalecimento do Sistema Estadual de Geologia e Mineração com empresas estaduais atuando no detalhamento das ações do SGB e por sua transformação em Serviços Geológicos Estaduais;
- Contra o fechamento dos Serviços Geológicos do Paraná (Mineropar) e do RJ (DRM), bem como a privatização da Cia. de Recursos Minerais (CRM) do Rio Grande do Sul;
- Aproximação do CETEM, hoje totalmente isolado no MCT ao setor de Geologia e Mineração;
- Apoiar a discussão sobre a permanência do setor de Geologia e Recursos Minerais no Ministério de Minas e Energia;
- Contra a indicação de executivos de mineração, devido ao flagrante conflito de interesses, para cargos de direção no DNPM, CPRM e Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral;
- Pela escolha dos dirigentes da CPRM/SGB/SGB, através de concursos precedidos por sistema de buscas, a exemplo os mecanismos já em uso nos Institutos Científicos do Ministério de Ciência e Tecnologia;;
- Contra a nomeação por comissionamento de profissionais sem a devida qualificação para exercer cargos de Gerência e Coordenação Técnica no âmbito do DNPM e CPRM/SGB;

3. PROPOSTAS PARA MERCADO, CONDIÇÕES DE TRABALHO E ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS

- Divulgação pelo Sistema Crea-Confea, aproveitando sua capilaridade, da importância do Ordenamento Territorial Mineiro nos Municípios em seus Planos Diretores;
- Apoio para cursos e atividades de qualificação, especialização, reciclagem e qualificação de mão de obra para o setor de Geologia e Recursos Minerais abrangendo profissionais de Nível Superior e Técnico de Nível Médio, em parcerias com entidades técnico-científicas;
- Atividade específica de fiscalização que permita minimizar as indicações políticas de profissionais não habilitados para cargos de gestão, gerenciamento e direção técnica nas instituições de Governo, bem como aquelas onde existam claro conflito de interesses;
- Pleitear o fim da cobrança de anuidades e ARTs para profissionais desempregados e aposentados, autônomos ou com empresas individuais;
- Contribuições e anuidades das empresas ao Sistema Crea-Confea com valores proporcionais às suas dimensões;
- Contribuição dos profissionais ao Sistema Crea-Confea com valores proporcionais ao seu salário e/ou rendimentos;
- Efetiva luta pela definição e respeito do piso salarial do profissional-geólogo e rediscussão estratégica para aprovação da lei do Geofísico;
- Cobrança e Apoio à criação no DNPM de condições materiais, humanas e financeiras para efetiva fiscalização das condições de Segurança na Mineração;
- Efetiva fiscalização do IBAMA, com profissionais habilitados, da Segurança Ambiental na Mineração;
- Cobrança de efetiva fiscalização do Ministério do Trabalho em relação à Saúde do Trabalhador na Mineração.

- Participação do SGB/CPRM nos licenciamentos ambientais do IBAMA, no que tange ao meio físico, pelo menos nos grandes empreendimentos, como forma de agilização dos processos e melhoria da qualidade da avaliação dos documentos ambientais;
- Fomentar a discussão sobre a nossa participação no Sistema CONFEA-CREA, com outras entidades de profissionais técnicas das áreas da geografia, meteorologia, geofísica e afins.

4. PROPOSTAS PARA A ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA FEBRAGEO.

- -Imediata revisão e modernização dos Estatutos da FEBRAGEO, oriundo da década de 70 e ,hoje absolutamente anacrônico e omissos em questões fundamentais;
- -Transformação do Processo Eleitoral da FEBRAGEO em fator mobilizador e ampliador da participação dos profissionais, através de:

Definição de um colégio eleitoral abrangendo todos os geólogos atuantes no país, independente de filiação à entidade e da quitação da anuidade. A participação de cada eleitor na eleição implicará na sua filiação automática à entidade regional.

.Ampliação e modernização dos mecanismos de votação de modo a incluir a votação pela Internet, por mensagens eletrônicas (e-mails), votos por correspondência no espaço da FEBRAGEO e das entidades que possuírem, além das tradicionais presenças na sede da entidade e o percurso de urnas volantes nos principais núcleos empregadores.

Extensão do período de votação de 1 (hum) para 2 ou 3 dias, de modo a facilitar o sufrágio daqueles que, em função das características tão comuns do trabalho do geólogo, se encontrarem ausentes de sua cidade ou no campo.

- -Criação de Novas Diretorias Específicas:
 - ✓ Diretorias de Recursos Hídricos
 - ✓ Diretoria de Petróleo e Gás
 - ✓ Diretoria de Geologia de Engenharia
 - ✓ Diretoria de Política e Economia Mineral
 - ✓ Diretoria de Meio Ambiente
- -Criação dos cargos auxiliares;
 - ✓ 2º Secretário da Diretoria Executiva
 - ✓ Adjuntos da Vices Presidência Regionais
 - ✓ Adjuntos das Diretorias Específicas

Tais cargos seriam de preenchimento optativo nas chapas inscritas, refletindo a divisão de tarefas necessária ao andamento da gestão
- Criação de Comissões Temáticas fixas ou temporárias que municiem as posições políticas da entidade nos assuntos conjunturais. Ex. Privatização da Petrobrás e Pré-sal, Programas de Riscos Geológicos, Reformulação de currículos, Marco Regulatório da Mineração; Mapeamentos Geológicos e Aerogeofísicos, Banco de Dados da Geologia Brasileira; DNPM x Agencia de Mineração; CPRM x Serviço Geológico do Brasil; Mineração em Terras Indígenas; Mineração x Meio Ambiente; Mineração em Áreas de Fronteiras; Políticas para Minerais Estratégicos e Radioativos,dentre outras, com organizações de seminários temáticos pela Internet.
- Aproveitamento de recursos modernos de comunicação: Criação de espaços nas redes sociais (Facebook, Twitter), implantação de Blog Informativo e de discussões, criação de endereços eletrônicos próprios, dinamização do Grupo de e-mails com eliminação de regras draconianas de censura e repressão à participação dos profissionais.

- Aproveitamento de recursos de enquetes e pesquisas existentes na Web como forma de aferir posições da categoria sobre temas de interesse;
- -Intensa parceria com demais entidades da Sociedade Civil (Sindicais, Técnicos– Científicas, etc) e Movimentos Sociais, visando ações conjuntas e popularização das questões ligadas à Geologia e Recursos Minerais;
- -Recomendações às entidades regionais de não cobrança de associados desempregados;